



Moção Iniciativa Liberal

Informação, Transparência e Habitação em Alvalade

Como sabemos, Portugal tem uma das mais elevadas taxas de esforço para habitação no orçamento familiar, seja de arrendamento ou de compra, resultado dos baixos rendimentos disponíveis dos agregados familiares combinados com o aumento verificado no preço da habitação e do custo de arrendamento. Este é um problema que se tem acentuado nos últimos anos, dado que o aumento salarial não subiu ao mesmo ritmo que os preços da habitação.

Portugal é hoje alvo de uma enorme carga fiscal num dos bens de mais básica necessidade. Os portugueses são duplamente tributados quando compram casa e pagam o resto da vida impostos pelo facto de serem donos de um local onde possam viver. Adquirir, arrendar ou manter uma habitação não pode ser tributado como se de um bem de luxo se tratasse.

Na última década, os custos médios com a habitação subiram pela combinação de dois fatores: procura em máximos históricos (promovida por taxas de juro historicamente baixas) e pela oferta próxima de mínimos registados. Recentemente, e dado o contexto de guerra na Europa, o custo de matérias-primas veio agravar esta situação.

Em Portugal falta não só construção nova, mas também renovação do stock existente. Apenas 33% do atual parque habitacional tem menos de 30 anos. Em Lisboa, este valor ronda os 15%, isto é, 85% do stock foi construído há mais de 30 anos. Segundo dados do INE, Portugal tem cerca de um milhão de edifícios que carecem de reabilitação, dos quais 40% estão em más condições de habitabilidade, devido em grande parte às décadas de congelamento de rendas.

Portugal tem uma carga fiscal sobre o setor da habitação que varia entre os 30% e os 40%, um valor muito elevado que encarece brutalmente o preço das casas. A redução fiscal irá ser benéfica para todos. Ao baixarmos os impostos sobre quem constrói iremos aumentar a oferta e, assim, também baixar os preços a que a habitação está disponível no mercado.

A crise da Habitação é uma triste realidade que afeta cada vez mais a emancipação, autonomia e progresso de todos nós, pelo que é fundamental:

- Aumentar a oferta de habitação como forma de promover a baixa dos seus preços e tornar a habitação mais acessível a todos os cidadãos.



- Aumentar a transparência na gestão do património do Estado, inventariando as dezenas de milhares de imóveis públicos inutilizados no mercado.
- Simplificar a carga fiscal sobre o setor da construção e demais custos de contexto, como forma de impulsionar a oferta e atrair capital de longo-prazo para investimento no mercado de arrendamento.
- Criação de um portal unificado com o inventariado detalhado do património imobiliário do Estado.

A Iniciativa Liberal – Alvalade propõe, neste sentido, que a Assembleia de Freguesia de Alvalade, na sua reunião de 12 de setembro de 2023 delibere instar a Câmara Municipal de Lisboa a:

1. Remeter à Assembleia de Freguesia a listagem de todos os edifícios e/ou terrenos municipais que se encontrem cedidos, a qualquer título que seja, a Partidos Políticos, Associações, Fundações, IPSS, ONGs e outras entidades terceiras que se encontrem em território da Junta de Freguesia de Alvalade, sem qualquer georreferenciação para proteção dos referidos imóveis.

a) Que nessa listagem constem as respetivas condições e finalidade da cedência.

b) Que esta lista esteja publicada na página de internet da Câmara Municipal (e, por inerência, a Junta de Freguesia de Alvalade publicá-la também no seu site oficial), para que a mesma possa estar facilmente acessível a quem a queira consultar.

Alvalade, 12 de setembro de 2023,

Manuel Matos dos Santos